

EDITORIAL

O espaço electrotécnico português e as publicações técnicas

Em Assembleia Geral do dia 27 de Abril passado, as associadas da EMPRESA EDITORIAL ELECTROTÉCNICA EDEL, LIMITADA, proprietária e editora da nossa revista, aprovaram por unanimidade o relatório do exercício de 1977, em cujo texto se expressa uma significativa opção empresarial que abre perspectiva favorável à expansão e à consolidação da ELECTRICIDADE.

Como o assunto interessa necessariamente aos nossos dedicados colaboradores e, logicamente, à generalidade dos leitores e, ainda, porque, no nosso entendimento, a essência do problema se situa em valores de interesse nacional, escolhemo-lo para tema do presente editorial, o primeiro a publicar-se depois da referida Assembleia Geral.

Para o desenvolver haverá, antes de mais, de se qualificar a existência da revista no campo das actividades sectoriais e assentar no âmbito que determina o sector electrotécnico no desenrolar da vida nacional.

Entre muitos outros índices não menos importantes, é indubitável que, na modernidade, se observa o desenvolvimento de um País pelo nível da sua projecção técnica entre as actividades que são cooperantes na melhoria da qualidade de vida e na expansão sócio-económica.

A electrotecnia cabe, obviamente, nesta definição.

Mas as projecções das técnicas aplicadas não se avaliam apenas pela *obra feita* através da medição física das realizações materiais. Estas são o efeito de inumeráveis factores, entre os quais evidentemente se situa a expansão tecnológica conducente às respectivas concretizações. Por detrás do *efeito*, determina-se necessariamente a *causa*. Ambos definem com muita justiça o grau de desenvolvimento da sociedade nacional.

Para além da investigação científica e da didáctica teórica e prática no estágio da preparação profissional, essa *causa* determinante compõe-se (no âmbito da capacidade e da preparação humanas) da divulgação dos conhecimentos técnicos que a experiência condiciona, da descrição de processos e avanços tecnológicos que acompanham as ciências aplicadas e a discussão e esclarecimento das opções e das directrizes programadas.

A comunicação das informações técnicas, o comentário do pensamento actualizado em relação à diversidade das matérias que se situam na filosofia do desenvolvimento tecnológico, o depoimento de quem aperfeiçoa os seus conhecimentos de pormenor, e neles constroi opinião idónea e útil, o estímulo e a abertura à investigação e ao avanço na cultura e na ciência aplicadas, são como condicionalismos «logísticos» que apoiam a evolução tecnológica e, portanto, o desenvolvimento dos Povos. Não nos é possível aceitar estas razões (por si, como nos parece, incontroversas) sem comprovarmos o conceito (aceite em toda a parte) de que a vivência da tal *causa* (e o seu *efeito* no desenvolvimento nacional) compreende necessariamente a actividade de publicações especializadas que a dinamizam.

É por demais evidente que não se pode imaginar uma trajectória exclusivamente oral para o desenvolvimento cultural...

Nestes domínios, a divulgação de ideias e factos caracteriza-se essencialmente pela propagação escrita.

As publicações técnicas especializadas condicionam o progresso de desenvolvimento tecnológico dos Povos. Este integra-se na evolução socio-económica. Esta é predominante no grau de desenvolvimento nacional.

É esse o papel que a revista ELECTRICIDADE pretende ter desempenhado no passado. É esta a vocação que, no que toca à electrotecnia, se lhe apresenta no futuro.

No meio português (o mesmo sucede muito provavelmente na generalidade dos Países) a edição de revistas congéneres da nossa, ou de publicações que sirvam os mesmos objectivos, independentemente do ambiente sectorial donde provenham, precisa de cooperação financeira supletiva das receitas que lhes são próprias se as limitarmos exclusivamente às respectivas explorações comerciais.

No caso da ELECTRICIDADE, a resposta às suas irremovíveis necessidades de apoio financeiro (pro-

vindo essencialmente do sector electrotécnico) conforma-se pela contribuição subsidiária que desde sempre lhe tem sido concedida pelas associadas da EDEL, o que equivale praticamente a dizer-se que, por via da colaboração cultural que a concretiza e por efeito da permanência de quem praticamente a sustenta, a ELECTRICIDADE sobrevive exclusivamente na dependência da actividade sectorial.

Temos defendido mais de uma vez o entendimento de que aquele sector engloba dois ramos distintos e concatenados da indústria da electricidade:

- i) as fabricações de material eléctrico e electrónico;
- ii) os serviços das telecomunicações e de produção e distribuição de energia eléctrica.

Não parece possível desligar qualquer dos dois ramos, da actividade do sector electrotécnico; nem é fácil aceitar-se que este se complete, sem incorporar as funções que o caracterizam no conjunto sectorial.

Mas, por outro lado, não se pode desconhecer nem atenuar, a realidade das intervenções do Estado na problemática do desenvolvimento tecnológico das indústrias eléctricas em ambos os ramos da actividade do sector.

Repare-se, concretamente, no campo legal, a orgânica do Ministério da Indústria e Tecnologia (Decreto-lei n.º 548/77, de 31 de Dezembro) e apontem-se nomeadamente, as atribuições consignadas às Direcções-Gerais da Energia e das Indústrias Electromecânicas e ao Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial. Transcrevemos ainda, por exemplo, a alínea e) do art.º 24.º daquele diploma que discrimina as funções atribuídas a este último organismo:

... e) *Promover a recolha, a conservação, a organização, o tratamento e a divulgação de informação técnica com interesse para os diferentes serviços do Ministério e empresas industriais...*

A evolução e a divulgação das técnicas sectoriais interessam, pois, como causa e efeito do desenvolvimento da electrotecnia nacional e centram-se, obviamente, em paralelo com os organismos estaduais, nas coordenadas seguintes:

- a) nos meios produtores de material eléctrico e electrónico;
- b) nos serviços de produção e distribuição de energia eléctrica;
- c) nos serviços de telecomunicações;
- d) na acção de apoio e de fomento que cabem legalmente na vocação do Estado.

Pensamos já ter recorrido o suficiente para deduzirmos, com lógica, que os meios acessíveis à dinamização do progresso tecnológico, implicam a necessidade de divulgação escrita, seja na actividade secundária, seja nos serviços de energia. No que respeita ao Estado, esta imposição de objectivos está expressamente consignada, como se viu, no exemplo transcrito.

Na indústria fabril de material eléctrico e electrónico, é curial salientar que a evolução tecnológica dos fabricos (se meditarmos acerca da expansão da im-

prensa técnica especializada por muitas centenas de publicações, sustentadas por outras tantas organizações e empresas comerciais e industriais), concorrentes no mercado português pressupõe a intervenção de técnicas especializadas, constituintes de património incorporado evolutivo, cuja divulgação escrita caracteriza a sua valia e é determinante da sua expansão nos planos interno e externo.

Não julgamos fora da hipótese provável, a presunção de que a Associação Nacional dos Industriais de Material Eléctrico já tenha ponderado aquela razão de necessidade.

A ELECTRICIDADE DE PORTUGAL EDP — EP, convergência nacional onde se discutem, manobram e irradiam os efeitos e o pensamento da electrotecnia portuguesa, aplicados à produção e à distribuição de energia eléctrica, encontra nas suas próprias publicações técnicas uma linha de necessidade que as realidades impõem e comprovam. Que pode concluir-se então?

A acção nacional electrotécnica, para efeito de qualificação das suas componentes sectoriais com vista ao desenvolvimento do País, terá de empreender e de manter uma divulgação escrita especializada através de publicações sistemáticas, cujos caracteres, no campo tecnológico, são tipicamente os mesmos.

Voltemos ao desenvolvimento do tema proposto. Começamos por transcrever a parte do nosso já referido relatório que mereceu a aprovação unânime dos associados.

...se considerarmos a recente criação do «L. N. E. T. I.» e atentarmos nas funções que lhe são legalmente atribuídas, é difícil afastá-lo da promoção de publicações técnicas, onde, muito provavelmente se situam revista ou revistas de âmbito paralelo à ELECTRICIDADE.

A expansão, que se deseja, para o subsector da fabricação nacional de material eléctrico, vaticina necessidade muito semelhante em publicações técnicas que sejam o repositório do avanço tecnológico, que objectiva a actividade dos engenheiros fabris e os interesses empresariais.

A economia dos encargos da actividade gráfica do sector e, sobretudo, o máximo aproveitamento dos recursos nacionais em técnicos e autores qualificados. (obviamente restritos na relatividade dos Países europeus) abrem caminho a soluções coordenadas englobando a generalidade do sector electrotécnico.

Por parte da nossa empresa, apoiada na experiência que lhe advém da edição da revista ELECTRICIDADE cabe-lhe manter com algum sacrifício a situação de sempre, para que sejam possíveis soluções futuras que, nestes domínios, venham a compatibilizar-se com o interesse geral.

Esta tomada de posição transcende a vida interna da EDEL e precisa de ser esclarecida e justificada.

Com efeito, as condições necessárias aos objectivos determinantes das publicações técnicas especializadas que qualificam o património cultural português são, entre outras, as seguintes: o máximo aproveitamento dos valores humanos, efectivamente activos no desenvolvimento da ciência aplicada e das ideias e factos que caracterizam a engenharia nacional; qualidade e apresentação gráfica estimulantes do agrado da leitura e aceitem — sem desprestígio — confrontos muito difíceis com padrões universais; apresentação de colabo-

ração idónea em quantidade, diversidade e interesse, abrangendo áreas tão largas como possível dentro da especialização que as caracteriza.

Se os avaliarmos pelo Mundo, são poucos os factos e ideias da electrotecnia nacional que alcançam projecção de interesse, como repositório técnico de valia generalizada. Observada no espaço restrito e restringido do nosso território, a obra feita, no âmbito sectorial, é sempre pequena se a relacionarmos com a que já foi — no passado recente — em terras africanas.

Se medirmos a produção fabril da electrotecnia portuguesa e os índices que padronizam produção e consumo de energia eléctrica, ficamos muito longe da vanguarda do Mundo electrotécnico, em termos da sua projecção no mercado europeu.

A situação socio-económica implica, por conseguinte, evidente necessidade comparativa de desenvolvimento, no que se relaciona com a electrotecnia.

As estruturas representativas do sector, nos meios nacionais, seguem caminho certo quando planificam a sua expansão e, no domínio da actividade cultural, quando valorizam, alargam e aperfeiçoam a capacidade dos técnicos, independentemente, aliás, do território político onde estudam e trabalham.

Assentemos, portanto em que é realmente diminuto o «espaço» electrotécnico português. Temos de o aproveitar bem.

Nesta linha de raciocínio, comecemos por focar, nos limites do nosso meio, a afluência dos que, por necessidade ou interesse, terão de acompanhar e informar-se da problemática electrotécnica.

Porque se apresentam em número relativamente restrito, temos de os defender das vias diversificadas para as leituras especializadas que procuram. Não servimos o interesse geral, vogando contra a acessibilidade de cada um às publicações emanadas do sector, se multiplicarmos os meios de divulgar a comunicação escrita, os quais serão sempre de sobra para cobrir as necessidades do «espaço» electrotécnico.

Os aspectos económicos, todavia, tornam também muito sensíveis estas preocupações temáticas.

Com efeito, mesmo nos meios internacionais, não cremos que haja muitas publicações de carácter técnico especializado, cuja viabilidade económica preva-leça, sem o apoio subsidiário de instituições interessadas em diversos aspectos da divulgação que mantêm.

Duvidamos que haja as que possam sobreviver com

receitas próprias que apenas se conformem à exploração comercial da actividade editorial.

Diz-nos a experiência portuguesa que aqueles proventos dificilmente poderão cobrir os encargos exclusivamente afectos a produção gráfica, se exigirmos à revista especializada uma qualidade capaz.

Não nos esqueçamos, todavia, de que as despesas incorpóreas (pesando com persistência inevitável) decorrem do apoio «logístico» indispensável a uma revista idónea; mesmo que as consideremos pelo mínimo possível, elas ultrapassam — normalmente — o montante dos custos correspondentes à produção gráfica.

Se nos situarmos no que já qualificámos de diminuto «espaço» electrotécnico nacional, as realidades tornam imperativa a ponderação de que o interesse geral exige coordenação e aproveitamento das iniciativas que se relacionem com as publicações e a imprensa técnica sectoriais.

O maior aproveitamento das tais despesas incorpóreas e a imperiosa poupança de gastos na produção gráfica, abrem perspectivas de economias necessárias à viabilidade e à consolidação desta actividade editorial. Já dissemos que ela existe e existirá, potencialmente emanante de várias origens. E persistirá, porque a comunicação técnica é veículo necessário ao desenvolvimento do sector.

Este conjunto de razões explica o destaque que merece a posição tomada pela empresa proprietária e editora da revista *ELECTRICIDADE*, porque ilumina o caminho que devemos percorrer.

Há várias coordenadas prováveis onde se situam as fontes de novos cometimentos, no processo da divulgação cultural do ramo electrotécnico. Perspectivam-se-lhes motivos que justificam algumas realizações necessárias no âmbito da vivência cultural. Novos boletins, outras revistas, comunicados funcionais.

Devemos, porém, concertar todos os esforços para acordar uma construção útil e frutuosa que, nesse enquadramento, esteja no bom rumo das acções de interesse comum daquelas fontes.

A penúria do «espaço» electrotécnico conduz-nos a opções que permitem a expansão de uma revista especializada — talvez, a mais modesta entre as revistas europeias — mas que se qualifique de melhor possível, no nosso meio; a que aproveite também aquele espaço como soubermos e tanto quanto podermos alcançar. ■

F. do A.